



X COLÓQUIO INTERNACIONAL

"Educação e Contemporaneidade"
22 a 24 de Setembro de 2016
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO FUNDAMENTAL E AS RELAÇÕES DE GÊNERO

ANABELA MAURÍCIO DE SANTANA

MARIA HELENA SANTANA CRUZ

EIXO: 10. EDUCAÇÃO, CORPO, SEXUALIDADE, GÊNERO

RESUMO: O artigo discute as relações de gênero no trabalho docente, com base em dados pesquisa de cunho qualitativo realizada com professoras do ensino fundamental de uma escola da pública estadual e Aracaju (SE). Os resultados preliminares evidenciam que as responder inserem-se na faixa etária entre 38 e 62 anos. Os resultados informam as percepções construí sobre a definição e os lugares atribuídos a homens e mulheres, a divisão social e sexual do traba produtivo e reprodutivo, bem como os aspectos que influenciam na construção de seus projet expectativas pessoais e profissionais. **Palavras-chave:** Trabalho; Gênero; Divisão sexual do trabal

ABSTRACT: This article discusses gender relations in teaching , based on qualitative research d conducted with primary school teachers of a school of public schools and Aracaju (SE). Prelimin results show that the respondents are part of the age group between 38 and 62 years. The res inform the perceptions built on the definition and the places assigned to men and women, social : sexual division of productive and reproductive work , as well as the factors influencing the construct of their projects , personal and professional expectations. **Keywords:** Work; Gender; sexual divis of labor.

Introdução

"A mulher?

é muito simples, dizem os amadores de fórmulas simples: é uma matriz, ovário; é uma fêmea, e esta palavra basta para defini-la" (BEAUVOIR, Segundo Sexo, 2016, p. 31). Inicialmente, consideramos importante inforr

aqui que as temáticas tratadas nesse artigo, é resultado de dados coletados entre os meses de outubro de 2012 a dezembro de 2013, na Escola Estadual Professor Valnir Chagas em Aracaju (SE)³. A amostra de respondentes inclui sete professoras do ensino fundamental dos turnos matutino e vespertino independentemente da área e disciplina que ministram, do nível de escolaridade, estado civil e filhos (as). São elas: Afrodite, Artemis, Dakimi, Eva, G. Hera e Oya⁴. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra de modo a preservar as falas das respondentes. O olhar sobre a diferença e a desigualdade orienta nossas práticas como docentes. Meninos e meninas são educados desde a mais tenra idade para que suas ações correspondam a modelos pré-determinados, e mutuamente excludentes, do que é ser homem ou mulher. Tais modelos variam em diferentes contextos históricos e em diferentes culturas, mas, em geral, os processos de formação estão orientados pela ideia de “diferença” – porque ser homem é diferente de ser mulher – e pela ideia de “desigualdade” – na qual ser homem é melhor do que ser mulher. Ao se pensar no trabalho docente na escola como instituição onde deve ocorrer a formação integral de crianças – homens e mulheres –, sugere-se reconhecê-la como espaço privilegiado na interiorização das desigualdades, visto que está inserida na sociedade e também a reproduz com suas diferenças, desigualdades e discriminações. No entanto, podemos afirmar que ela é também o lugar onde essas diferenças e desigualdades podem ser contestadas. Desse modo, a escola configurando-se num contexto social em que as construções sociais vivenciadas, tende a tornar-se um lugar onde elas poderão ser pensadas também contestadas. Para Auad, “a escola, assim como outras instituições sociais, ressalta e utiliza as diferenças e transforma-as em desigualdades (AUAD, 2006, p. 77). A educação tem papel importante no reforço, interiorização e também na transformação das construções sociais, e por isso, das diferenças e desigualdades. Quando estudamos o trabalho feminino devemos considerar que a atividade econômica das mulheres frequentemente é descontínua. Isso ocorre, principalmente, devido aos diferentes momentos de seu ciclo vital, dos quais o mais relevante é a maternidade. “Desta forma, trabalhos em tempo parcial, ocasionais ou sazonais são mais frequentes entre elas, respondendo à necessidade de harmonizar o desempenho doméstico e profissional” (YANNOULAS, 2002, p. 16). Em geral, as mulheres que apresentam restrições de horários e/ou filhos (as) pequenos (as) sofrem preconceitos e discriminação, tendo maior dificuldade em conseguir e manter uma colocação

setor ocupacional. Outro ponto extremamente importante é a desvalorização cultural do trabalho feminino. Nossa sociedade perpetua uma desqualificação material e simbólica das “qualidades femininas”, consideradas inerentes “natureza” das mulheres (HIRATA, 2002; SOUZA-LOBO, 1991). Na concepção histórico-dialética, não existem características inatas: o psiquismo se constitui na atividade humana, no contexto das relações sociais. Através da atividade uma pessoa transforma seu entorno e, neste processo, constitui a si mesma como sujeito. Conceber as “qualidades femininas” inatas desconsidera todo treinamento informal recebido pelas mulheres desde o nascimento para desenvolver tais qualidades e habilidades e abre caminho para que estas sejam amplamente exploradas sem a devida remuneração. Esta questão tem raízes históricas. Mudanças políticas, culturais, sociais e econômicas alteraram o panorama, e a mulher foi gradativamente reabilitada à cena pública. Nas últimas décadas do século XX, observou-se expressivo aumento da mão de obra feminina no mercado de trabalho. Dados de pesquisa do IBGE (2013) informam que as mulheres eram maioria na população de 10 anos ou mais de idade (PIA) cerca de 53,7%. Contudo, era minoria 45,4% na população ocupada (PO). Essa estrutura distributiva reflete-se no nível de ocupação, relação que mostra contingente de ocupados em relação ao total da PIA. Para as mulheres, esse indicador foi de 40,5% em 2003, passando para 45,3%, em 2011. Entre homens, esse percentual era de 60,8%, passando para 63,4%. A partir dessa evolução, percebe-se o maior crescimento do nível de ocupação das mulheres vis à vis ao dos homens, ainda que em patamar bem inferior ao dos homens. A segmentação do mercado de trabalho enuncia desigualdades nas relações de gênero e cria “guetos” femininos, ou seja, determinadas profissões como, por exemplo, a profissão docente, tornaram-se eminentemente femininas, marcadas pela precariedade das condições de trabalho e do crescente desprestígio social. A feminização do magistério está intrinsecamente relacionada a um processo de trabalho articulado às transformações ocorridas ao longo do tempo na divisão sexual do trabalho e nas relações patriarcais e de classe. O professor típico brasileiro é mulher (71%), tem 39 anos de idade e 10 anos de experiência no magistério, em média. As mulheres também são maioria em cargos de direção de escolas no Brasil (75%)⁵. A divisão do trabalho quanto ao gênero separa e articula a produção e a reprodução⁶, integrando os dois níveis do trabalho feminino, sexualizando as relações de trabalho e as relações sociais (SOUZA-LOBO, 1991). No setor secundário, a título de exemplo, as ocupações

femininas quase sempre obedecem a um mesmo critério: tarefas repetitivas que exigem atenção, paciência, destreza e minúcia. Apesar das mudanças últimas décadas, a inserção no mercado de trabalho segue sendo um fator central para a construção de identidade, para a definição do padrão de sociabilidade e, sobretudo, para obtenção de recursos que permitam suprir necessidades básicas de forma autônoma. Para as mulheres, a conquista de autonomia econômica é condição essencial para que se possa projetar uma vida de autonomia plena. O crescimento da escolaridade feminina tem se consolidado nos últimos anos e se manifestado nos diversos setores de atividade econômica. Um exemplo disso é o comércio, onde, em 2003, mulheres com 11 anos ou mais de estudo, ocupadas nessa atividade totalizavam 51,5%, enquanto os homens com a mesma característica alcançavam⁷ 38,4% (IBGE, 2012). A superioridade da presença feminina em nível superior também foi verificada nos agrupamentos de atividade, com destaque para a construção (atividade majoritariamente desenvolvida pelo sexo masculino). No entanto, apesar do predomínio de homens, a proporção de mulheres que tinham nível superior foi bem mais elevada que a deles: 28,3% das mulheres e 4,7% dos homens ocupados na construção em 2011. Na administração pública e os serviços prestados a empresas foram os agrupamentos que apresentaram as maiores proporções de mulheres, tanto com 11 anos ou mais de estudo, quanto com nível superior. As estatísticas demonstram que as mulheres estão em maior proporção em funções não-qualificadas, em diversos segmentos ocupacionais e em todas as regiões metropolitanas do Brasil: enquanto os trabalhadores não-qualificados são majoritariamente homens, as mulheres não-qualificadas somam 20% (IBGE, 2011). Segundo Hirata (2002), não há muitos estudos analisando o trabalho feminino diante da inserção de novas tecnologias, porém os dados disponíveis indicam que os postos automatizados utilizam pouca mão de obra feminina. No entanto, as tecnologias tendem a suprimir com maior frequência justamente a mão de obra não-qualificada, excluindo muitas trabalhadoras do mercado de trabalho. A flexibilização dos mercados incrementada nas últimas décadas aumentou ainda mais as desigualdades entre homens e mulheres quanto às condições de trabalho e emprego. Polivalência, qualificação, flexibilidade, integração de tarefas e trabalho em equipe não são atributos geralmente reconhecidos para as mulheres. Estas são destinadas a trabalhos mecânicos e repetitivos, com características que são social e culturalmente identificadas. Devido à baixa qualificação

profissional, as mulheres encontram-se mais sujeitas aos trabalhos vulneráveis como os realizados por empregados domésticos sem registro, trabalhadores familiares sem remuneração, autônomos e terceirizados, frequentemente margem da economia formal. A ocupação feminina nestes postos atinge cerca da metade das mulheres ocupadas nas regiões metropolitanas de Recife e Salvador e situa-se em torno de 40% nas demais regiões. Para os homens, a proporção gira em torno de 30%, destacando-se a região metropolitana de Recife, com 38,7% (DIEESE, 2010). Assim, percebe-se que “A flexibilidade sexualizada”, lembra Yannoulas (2002, p. 25)⁸. Ocorre um círculo vicioso implicado na dialética da inclusão/exclusão para aumentar a exploração: a inserção das mulheres no setor produtivo, principalmente daquelas pertencentes às camadas populares, é, muitas vezes, limitada pelas suas responsabilidades domésticas familiares; culturalmente o seu trabalho é menos valorizado que o masculino incluindo aí menores salários; são atribuídos às mulheres trabalhos reprodutivos das tarefas domésticas, ou seja, trabalhos não-qualificados, em postos não-automatizados, que utilizam poucos componentes tecnológicos. Estes são os primeiros a desaparecer quando surgem novas tecnologias ou mudanças estratégicas organizacionais. Estas mudanças geram ampliação da rede de subcontratação, terceirizando vários postos ou estabelecendo contratos flexíveis, mal pagos e provisórios. Estes postos são ocupados maciçamente por mão-de-obra feminina. O fruto de toda essa segmentação ocupacional deixa as mulheres sempre mais vulneráveis aos processos de exclusão social. Diante disso, vale lembrar que “a escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos e protestantes. Também se fez diferente para ricos e para pobres e ela imediatamente separa os meninos das meninas” (LOURO, 2010, p. 57). Nessa perspectiva, a autora ainda registra que:

A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o “lugar” dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. Através de seus quadros crucifixos, santas e esculturas, aponta aqueles/as que deverão ser modelo. Permite, também, que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos (LOURO 2010, p. 58). Como instituição social, a escola, enquanto espaço ocupacional de docentes, está sujeita a apropriar-se das formas de organização e de representação da sociedade na qual está inserida. Assim, as desigualdades e discriminações de raça, gênero, classe e religião, vivenciadas externamente

são reproduzidas, endossadas, produzidas ou transformadas nas relações entre os sujeitos do contexto escolar. A educação formal surgiu num espaço preparado para esse fim especificamente; entretanto, já foi marcada por um caráter de diferenciação, visto que o acesso à escola começa com a exclusão de mulheres e pobres. Haja vista o exposto, cabe salientar que, mesmo após a inserção de todos e todas na escola, ou seja, terem adquirido o direito à educação, a escola passa e/ou continua a diferenciar por idade, sexo, classe social, conduta ou suposto grau de inteligência. Ora, faz-se necessário destacar que ao longo de sua história, a escola tem congregado na sua prática as construções sociais que se tinham e ainda se têm sobre masculino e feminino, e é através da ação pedagógica que essas construções foram empregadas para moldar condutas de meninas e meninos. **A divisão sexual do trabalho** Estudos revelam que ainda se sobressai no contexto escolar a marcação das diferenças que permeiam as identidades de gênero e a desigualdade. Nessa tarefa, em vários estudos são salientadas as desigualdades na escola, presentes em diversas áreas do desenvolvimento dos discentes, como na Linguagem, na História, na Matemática e na Educação Física, como apontam os trabalhos de Moreno (1999), Toscano (2000) e Louro (2003). No ínterim, para Auad (2006), além das atividades nas aulas de educação física, brincadeiras nos pátios das escolas e as disposições dos discentes em sala de aula tendem a fornecer indícios de como se dão as relações de gênero na escola e como a interferência de professores e professoras influencia essas relações. Não obstante, as atividades realizadas e os diálogos travados pelos docentes nos momentos de intervalos, especificamente na sala dos professores, também indicam as relações de gênero na escola. O conceito de divisão sexual do trabalho é bem amplo, possuindo uma longa história. De acordo com Hirata (2002) tal noção foi inicialmente utilizada pelos etnólogos para indicar a divisão “complementar” das tarefas entre os homens e as mulheres nas sociedades que eles estudavam. O antropólogo Levi-Strauss, por exemplo, desenvolveu dessa noção o mecanismo explicativo da estruturação da sociedade em família. Hirata e Kergoat (2007) ao esquematizarem a gênese do conceito no contexto francês destacam que:

Embora a divisão sexual do trabalho tenha sido objeto de trabalhos prévios em diversos países, foi na França, no início dos anos 1970, sob o impulso do movimento feminista, que surgiu uma onda de trabalhos que rapidamente

assentariam as bases teóricas desse conceito. Primeiro na Etnologia (Mathi 1991; Tabet, 1998), depois na Sociologia e na História (HIRATA & KERGO 2007, p. 597). O termo "divisão sexual do trabalho" é aplicado na França a partir de duas acepções: de um lado, temos um significado sociográfico que tende a estudar a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as alterações no tempo e também no espaço dessa distribuição. Se analisa como ela se integra à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos⁹. As autoras enfatizam que essa definição do termo não permite avançar mais além do que a simples comprovação da desigualdade entre os sexos e de acúmulo dessas desigualdades (a noção de conciliação, complementaridade, de tarefas entre os sexos). Assim, percebe-se que:

A ideia de uma complementaridade entre os sexos está inserida na tradição funcionalista da complementaridade de papéis. Remete a uma conceitualização em termos de "vínculo social" pelos conteúdos de suas noções (solidariedade orgânica, conciliação, coordenação, parceria, especialização e divisão de tarefas). A abordagem em termos de "complementaridade" é coerente com a ideia de uma divisão entre mulheres e homens do trabalho profissional doméstico e, dentro do trabalho profissional, a divisão entre tipos e modalidades de empregos que possibilitam a reprodução dos papéis sexuais. Ela aparece de formas diversas (HIRATA & KERGOAT, 2007, p. 603). Entretanto, seguem Hirata (2002), as antropólogas feministas, são as primeiras que assentaram conteúdo novo para o termo divisão sexual do trabalho, explicando que simboliza não uma complementaridade de tarefas, mas uma relação de poder hierárquica, dos homens sobre as mulheres. A partir desse ponto Hirata & Kergoat (2007) expõem o segundo significado do conceito, que em termos de divisão sexual do trabalho englobaria: a) mostrar que essas desigualdades são sistemáticas e b) articular essa descrição do real como uma reflexão sobre processos mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades e, por conseguinte os sexos, para criar um sistema de gênero. Destarte, as análises reguladas a partir dessa segunda definição consentem o remontar das origens dessas desigualdades e, por fim, compreender a natureza do sistema que dá origem a elas.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para

a sobrevivência da relação social entre os sexos.

Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como característica designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções de maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (HIRATA/KERGOAT, 2007, p. 599). Não obstante, esse tipo de divisão sexual do trabalho expõe, ainda, dois princípios organizadores: o primeiro baseado na separação ou seja, separa o que é trabalho de homem e trabalho de mulher. Quanto ao segundo princípio abalizado na hierarquização determina que um trabalho de homem "vale" mais do que um trabalho de mulher. Essas origens são válidas para todas as sociedades, no tempo e no espaço, podendo ser legitimadas portanto, aplicadas, a partir da ideologia naturalista (remete ao destino natural e por isso imutável, da espécie), que tende a restringir o gênero, as práticas sociais, ao sexo biológico, no caso aos "papéis sociais" sexuais. (HIRATA/KERGOAT, 2007; HIRATA, 2002). Faz-se necessário salientar que a partir do conceito de gênero, é possível se considerar a divisão sexual do trabalho como algo natural, determinista, rígido e imutável, mas que parte das relações sociais, que é um constructo dialético, entre invariantes e variações, inserido no processo sócio histórico, e, portanto, que pode ser desconstruído e reconstruído (ALBUQUERQUE, 2007; HIRATA, 2002). Isso foi comprovado com a pesquisa visto que a marcação das diferenças e das identidades de gênero estão presentes nos espaços da escola (salas de aula, corredores, sala dos professores/as, espaço de recreação, refeitório, entre outros). Professores e professoras, sem perceber, legitimam as diferenças de gênero e formam grupos: feminino e masculino, cada grupo ocupando seu espaço, o que não é diferente entre os alunos, sem contar com a dicotomia feita pelos próprios profissionais: dando também a cada sexo um tratamento diferenciado a partir do momento em que separam meninos e meninas em determinadas atividades por exemplo. Podemos esboçar que na atual conjuntura, a tensão entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo é uma realidade no cotidiano da maioria das mulheres trabalhadoras, os quais têm sido conferidos, sobretudo, a elas e elas enfrentam os conflitos da vida diária que resultam da contradição entre essas duas esferas de trabalho. A inserção da mulher no mercado de trabalho com o tempo vem sendo cada vez mais significativa não tem obedecido a uma maior divisão do trabalho doméstico com os homens e nem a uma maior oferta de serviços públicos direcionados para as necessidades cotidianas da reprodução social. **Algu**

resultados Quando questionadas acerca da jornada de trabalho, divisão trabalho doméstico, administração da casa e educação dos (as) filhos (as), relatos das sete respondentes aqui analisados apontam nessa mesma direção visto que, comumente, a mulher que ingressa na atividade remunerada diminui de modo equivalente o tempo de trabalho no espaço doméstico, as sete respondentes salientam que além do trabalho como professoras responsáveis pelas atividades do espaço doméstico. Os relatos assinalam que tempo de trabalho, ou seja, a jornada de trabalho remunerado e não remunerado de uma mulher será sempre maior que a do homem, pois este não é sempre, ou melhor, na maioria das vezes, não assume sua parte nos trabalhos de casa e de cuidados. Outro ponto importante é a falta de uma rede de serviços públicos que venha a se ocupar de alguns desses afazeres. Nesse sentido, a mulher quando pode pagar, recorre para a contratação dos serviços, delegando a outras mulheres as tarefas domésticas e a responsabilidade dos cuidados com a família. Os resultados apontam aspectos do trabalho produtivo e reprodutivo, mostrando que no universo das respondentes, todas as docentes ainda são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico. Este dado ratifica a permanência da lógica que preside a divisão sexual do trabalho no contexto do sistema capitalista/patriarcal. Logo percebe-se que a dupla, a tripla ou quadrupla jornada de trabalho, é uma denominação que se tem dado ao movimento ocasionado pela sobreposição das tarefas do trabalho remunerado e não remunerado no cotidiano. A dupla e tripla/quarta jornada não pode ser discutida de maneira simplificada, ou seja, como um resultado automático da participação das mulheres no mercado de trabalho¹⁰ e sim como resultado das relações de produção e reprodução no sistema. Nesse aspecto, entre as respondentes apenas uma salienta que o esposo contribui na divisão das tarefas da casa. Outrossim, entre as respondentes, seus relatos ensejaram o questionamento acerca das diferenças que é ser mulher na sociedade contemporânea. Assim, todas as respondentes afirmam que são mulheres, e tal afirmação domina as diferenças de lugares, idades e opiniões diferentes. Para elas, asseverar que não sou mulher afasta qualquer possibilidade de elas se definirem de forma diferente. Ser mulher não é a pura comprovação de um estado de fato, mas a afirmação de uma pretensão de ser, pois a grande empreitada de todas elas é o dever de ser o que elas percebem por mulher. Ora, verifica-se que para elas ser mulher é abraçar todas as responsabilidades para si; é organizar, cuidar; é ser avaliada

avaliar-se, permitir-se ser julgada e condenada quando algo sai errado, exemplo. Entretanto, esse comportamento deve ser compreendido e respeitado pois são comportamentos adquiridos culturalmente. Para a maior parte delas a situação da mulher vem melhorando com o tempo, principalmente para aquelas com ensino superior, em virtude das possibilidades de ingresso no mercado de trabalho e melhores salários, se comparado com as que apresentam menor nível escolar, bem como se comparado com as gerações mais velhas, suas mães, avós e tias, por exemplo. Muitas se declaram independentes, "determinadas", "decididas", "batalhadoras", "lutadoras" ou "guerreiras", pois em muitas vezes tiveram que tomar decisões importantes, principalmente no seio familiar, como por exemplo, decidir por uma separação diante de um casamento que não funciona bem. Assim, para elas, ser mulher hoje significa ter mais liberdade e autonomia. Contudo, no que tange à divisão dos afazeres domésticos e ao cuidado com os filhos (as), majoritariamente elas afirmam que são elas as responsáveis pela manutenção e a ordem da casa e da família, contando, em alguns casos, com a presença de diarista e/ou empregada doméstica. Araújo e Scalón (2006), após ampla pesquisa realizada em 2003, que contou com 2000 domicílios em estados brasileiros, constataram que a maior parte do trabalho doméstico em nosso país ainda continua sendo majoritariamente uma atribuição feminina. Assim, para essas autoras, o ingresso das mulheres no mercado de trabalho implicou uma divisão mais igualitária dos trabalhos domésticos, ainda que há indícios de maior participação masculina no que diz respeito ao cuidado com os filhos (mas não nas tarefas domésticas). Logo, embora a contribuição masculina nos afazeres dentro do lar aumentem lentamente, as mulheres ainda trabalham pelo menos duas vezes mais do que os homens, desempenhando as tarefas rotineiras do lar (cuidar das crianças, lavar e passar roupas, fazer compras no supermercado, limpar a casa, entre outras). Nesse sentido, as implicações dessa injusta divisão são notadas, frequentemente, em sentimentos de injustiça, sintomas de depressão e de insatisfação com o casamento por parte das mulheres, bem como aumento de conflitos e insatisfação marital. Por outro lado, maior participação masculina nessas tarefas seria um elemento excelente de satisfação marital. Na comparação com os homens, as mulheres despendem mais que o dobro de horas semanais em afazeres do lar. Cerca de 50% dos homens realizam afazeres domésticos, ao passo que entre as mulheres a percentual fica em torno de 90%. O conceito de trabalho normalmente desconsidera o trabalho doméstico não remunerado. Nesse sentido, o est

evidencia a importância dessa atividade, tanto do tempo que se gasta com quanto de sua relevância para a reprodução da vida social e econômica. Devido às convenções de gênero existentes em nossa sociedade, que estabelecem lugares, papéis e identidades femininas e masculinas, cabe às mulheres a realização dos afazeres domésticos. Apesar de todas as transformações no processo em variados campos sociais, como a educação e o mercado de trabalho, esta convenção se mantém praticamente inalterada (IPEA, 2012). É a sociedade que as características sexuais femininas e masculinas são construídas e representadas. Portanto, ao chegarem à escola, meninos e meninas percorreram um caminho social de convivência e de incorporação dos valores de sua cultura. Sabem a que gênero pertencem e, na maioria das vezes, o que se espera deles nos papéis masculino e feminino. Isso nos faz dizer que em muitos casos, estão carregados das antigas visões preconceituosas acerca do papel da mulher, edificadas com base nas diferenças de sexo. Por sua vez, a escola reflete o sexismo que trespassa toda a sociedade, reproduzindo, com frequência, as estruturas sociais, robustecendo os preconceitos e vantagens de um sexo sobre o outro, colaborando para a construção da identidade sexual de meninas e dos meninos. No que se refere ao sexismo na escola percebe-se que a escola pode ensinar a pensar, a questionar, e com isso apontar para novas formas de interpretar o mundo e de organizá-lo, podendo abraçar e tomar por si a empreitada de resistir e proporcionar mudanças nessas concepções e comportamentos sociais. Por outro lado, a partir do momento em que se explicitar as desigualdades de gênero, a escola pode acomodar-se e continuar (re)produzindo os modelos tradicionais na relação entre os sexos. Entretanto, caso faça a segunda opção, estará evitando a percepção e construção de novas maneiras de estabelecer a relação entre mulheres e homens. Portanto, a escola colabora para manutenção dos sistemas de pensamento e atitudes sexistas historicamente construídos, que tendem a manter as mulheres marginalizadas hierarquicamente submetidas a padrões masculinos. A linguagem, o pensamento científico androcêntrico, os conteúdos de ensino das diversas disciplinas, os procedimentos pedagógicos e os padrões de relação entre professores/as e alunos/as contribuem para a manutenção do *status* masculino e feminino¹¹. Assim, a visão androcêntrica do mundo é compartilhada por todos, mulheres e homens, e não percebemos, pois, tendo sempre estado nela submersos, encaramos como universal, natural e imutável. Nesse sentido segundo Louro:

São, pois, as práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banaliza que precisam se tornar alvos de atenção renovada, de questionamento e, especial, de desconfiança. A tarefa mais urgente talvez seja exatamente es desconfiar do que é tomado como “natural” (LOURO, 2010, p. 63). Ass quando questionadas acerca da jornada de trabalho, a divisão do traba doméstico, a administração da casa, a educação dos (as) filhos (as) e o traba produtivo e reprodutivo, as respondentes majoritariamente relataram que elas que cuidam dos afazeres domésticos e da educação dos (as) filhos (as) chegam a contar com a presença de diaristas ou empregada doméstica, mes tendo a presença masculina (esposo) em casa. Quanto à jornada de trabalho espaço público e privado, as respondentes salientam que uma não interfere outra; no entanto, chegam a relatar que seria interessante ter mais tempo p os cuidados com elas mesmas. **Breves Apreciações Conclusivas** Ne sentido, as respondentes, em seus relatos, salientam a necessidade de verr a atividade docente como ato político, no qual a reflexividade do/a doce ganha espaço e significado, apontando a atuação docente para uma perspect emancipatória. Acreditamos que este trabalho foi interessante, pois possibili a todos(as) a consciência de que tanto os(as) docentes como os(as) discer são sujeitos aprendizes e promotores da aprendizagem. A pesquisa apont necessidade de continuidade destes estudos com o intuito de ampliar a evolu teórica e empírica desse processo. Observa-se que nesse processo de escolha decisões, vários são os questionamentos, e assim os procedimer teórico-metodológico adotados para compreender as relações sociais de gên construídas no trabalho docente foram significativos para nortear desenvolvimento do trabalho e responder às questões e hipóteses levantac

Referências AUAD, Daniela. **Educar meninos e meninas**: relações de gên na escola. São Paulo: Contexto, 2006. ARAÚJO, C., & SCALON, C. **Gêne família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. BEAUVOIR, Sim de. **O Segundo Sexo**: fatos e mitos. 3. ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronte 2016. HIRATA, Helena. **Divisão Sexual do Trabalho: O Estado das Artes**.

Nova Divisão Sexual do Trabalho?

Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002 273-289. HIRATA, H.; KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sex do Trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007. IB INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA– Síntese Indicadores Sociais (Disponível no site: www.inec.gov.br).

ibge.gov.br

). Acesso em 03/10/2013. IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Mulher no mercado de Trabalho. Média das estimativas mensais. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011. www.

ibge.gov.br

/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado Acesso: novembro de 2013. INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Pesquisa Talis 2013 (Pesquisa Internacional sobre o Ensino e Aprendizagem (Teaching and Learning International Survey) portal.inep.gov.br

/.../pesquisa-internacional; Acesso: agosto de 2014. LOURO, Guacira Louro. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del e BASSANEZZI, Carla. (Org) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010. MOREIRA, Montserrat. **Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola**. São Paulo: Moderna; Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1992. SOUZA-LOBO, E. **A professora operária tem dois sexos**. Trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991. TOSCANO, Moema. **Estereótipos sexuais na educação: manual para o educador**. Petrópolis: Vozes, 2000. YANNOULAS, S.C. **Dossiers: políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho**. Brasília: CFEMEA, FIG/CIDA. 2002.

Referências AUAD, Daniela. **Educar meninos e meninas: relações de gênero na escola**. São Paulo: Contexto, 2006. ARAÚJO, C., & SCALON, C. **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. 3. ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. HIRATA, Helena. **Divisão Sexual do Trabalho: O Estado das Artes. Nova Divisão Sexual do Trabalho?**

Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002. 273-289. HIRATA, H.; KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do Trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007. IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA– Síntese Indicadores Sociais (Disponível no site: www.

ibge.gov.br

). Acesso em 03/10/2013. IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Mulher no mercado de Trabalho. Média das estimativas mensais. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011. www.

ibge.gov.br

/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Merca

Acesso: novembro de 2013. INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Pesquisa Talis 2013 (Pesquisa Internacional sobre o Ensino e Aprendizagem (Teaching and Learning International Survey) portal.inep.gov.br

/.../pesquisa-internacional; Acesso: agosto de 2014. LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del e BASSANEZZI, Carla. (Org)

História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 20

_____. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010. MOREIRA, Montserrat.

Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola. São Paulo: Moderna; Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1992. SOUZA-LOBO, E.

A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991. TOSCANO, Moema. **Estereótipos sexuais na educação: manual para o educador**. Petrópolis: Vozes, 2000. YANNOULAS, S.C.

Dossê de políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho. Brasília: CFEMEA, FIG/CIDA, 2002.

³ O texto aborda parte de resultados de dissertação desenvolvida no PPGED/UFPA intitulada "Relações de gênero, trabalho e formação docente: experiências de mulheres da Escola Estadual Professor Valnir Chagas". 4 Os nomes dos participantes foram trocados para garantir a privacidade delas. 5 Pesquisa Talis 2013 (Pesquisa Internacional sobre o Ensino e Aprendizagem (Teaching and Learning International Survey) - realizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e coordenada no Brasil pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). 6 Reprodução social e cultural diz respeito a atividades domésticas não remuneradas, realizadas geralmente por mulheres, relacionadas à reprodução material e simbólica das pessoas, tais como: alimentação, cuidados com a saúde, educação, manutenção da casa (YANNOULAS, 2002). 7 Na construção, esses percentuais diferenciavam ainda mais: 55,4% de mulheres e 15,8% de homens. Em 2013, os percentuais de participação alcançados por elas foram superiores aos

homens em praticamente todos os grupamentos de atividade. A exceção ocorreu na indústria, onde o crescimento deles foi maior em 1,7%.⁸ Estudos apontam que estaria havendo modernamente a valorização de atributos considerados “femininos”, tais como sensibilidade, capacidade de comunicação (transmitir e saber escutar), visão de equipe (trabalho solidário). Entretanto, autores que apontam que esta seria uma nova forma de discriminação reforçando antigos estereótipos sexuais e fazendo uso deles para justificar maior uso intensivo da mão de obra feminina (YANNOULAS, 2002).⁹ Assim esse tipo de análise é indispensável, por exemplo, a construção de indicadores confiáveis para aferir a igualdade profissional de homens/ mulheres, observar que é um verdadeiro desafio político na França como assim expressam Hirat e Kergoat (2007, p. 596).¹⁰ Observa-se que quando a questão é tratada de forma simplificada estamos tão somente mais uma vez culpabilizando a mulher ao passo que legitimamos o discurso masculino – machista –, pois se apenas em casa ela estivesse, cumprindo suas obrigações de esposa, mãe, dona de casa, tais problemas seriam evitados ou não existiriam.¹¹ A linguagem, as táticas de organização e de classificação, os distintos procedimentos disciplinares escolares são, todos, campos de um exercício (desigual) de poder. Currículos, regulamentos, instrumentos de avaliação e ordenamento dividem, hierarquizam, subordinam, legitimam ou desqualificam os sujeitos (LOUISE, 2010, p. 84);

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Participa do Grupo de Pesquisa do CNPq: “Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero” – UFS e do Grupo “Gênero, Família e Violência” – UNIT. Professora Tutora do Centro Superior de Educação a Distância da Universidade de Aracaju/Sergipe/Brasil. E-mail: ana_santana@oi.com.br

² Pós-Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Líder do Grupo de Pesquisa: “Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero” – UFS. Professora dos Programas de Pós-Graduação em Educação e Serviço Social da UFS. Aracaju/Sergipe/Brasil. E-mail: helenacruz@uol.com.br

Recebido em: 04/08/2016

Aprovado em: 05/08/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: